

Proibido no Brasil, o cigarro eletrônico é vendido nas ruas e avenidas de Cuiabá; reportagem exclusiva flagra comércio ilegal

g1 [g1.globo.com /mt/mato-grosso/noticia/2024/11/11/proibido-no-brasil-cigarro-eletronico-e-vendido-em-ruas-e-avenidas-de-cuiaba-reportagem-exclusiva-flagra-comercio-ilegal.ghtml](https://g1.globo.com/mt/mato-grosso/noticia/2024/11/11/proibido-no-brasil-cigarro-eletronico-e-vendido-em-ruas-e-avenidas-de-cuiaba-reportagem-exclusiva-flagra-comercio-ilegal.ghtml)



Reportagem exclusiva flagra venda de cigarros eletrônicos em Cuiabá

O cigarro eletrônico, também conhecido como vape, gerou febre, especialmente entre os jovens, com sérias consequências para a saúde, como Acidente Vascular Cerebral (AVC) e vários tipos de câncer, segundo o cardiologista Daniel Diehl. Desde 2009, **esses dispositivos não podem ser vendidos em nenhum país**. Apesar disso, são facilmente encontrados em negociações ou online.

Apesar da exclusão, a venda do produto nas ruas da capital é fácil e rápida. Para entender como funciona esse comércio ilegal, jornalistas da **TV Centro América** percorreram as ruas da cidade com câmeras escondidas mostrando pontos de venda dos dispositivos (*assistência acima*).

Nas gravações, os comerciantes negociam os produtos, dizendo as diversidades de sabores dos cigarros. Uma das comerciantes tenta convencer o cliente a levar o dispositivo, alegando que tem muita saída.

Após a reportagem, as imagens foram entregues à Polícia Civil e ao Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon), que deflagraram uma operação, nesta segunda-feira (11), para combate à comercialização do produto.



Após a reportagem, as imagens foram entregues à Polícia Civil e à Receita Federal, que deflagram uma operação, nesta segunda-feira (11), para combate à comercialização do produto — Foto: Américo Neponuceno/ TV Centro América

Consequências



Terceira geração do cigarro eletrônico, também conhecido como vape. — Foto: Reprodução/Profissão Repórter

O AVC foi um dos problemas enfrentados pelo jovem Yan Pacheco Campos, de 20 anos, que ficou **internado três dias em uma Unidade de Tratamento Intensivo (UTI)**, em Várzea Grande, região metropolitana de Cuiabá.

“Eu estava de boa, daí eu fui tentar respirar, não consegui mais respirar. Trancou minha liberdade. Não saía ar. Eu estava tendo em conjunto um AVC, porque eu também bebia um pouco”, contou.

Na UTI, **Yan passou os três dias dormindo** e, depois dessa experiência, deixou o vício e começou a cuidar da saúde, com mudanças dos hábitos, voltando a jogar bola, esporte que havia abandonado quando começou a usar o cigarro.

“A lição que eu falo para as pessoas é para parar de usar esse negócio, é muito, muito perigosa. Vou mostrar vídeos do que aconteceu comigo para verem que é verdade isso, que aconteceu mesmo, que é muito perigoso”, alertou.

Combate à comercialização

Para impedir a circulação clandestina de material, a Receita Federal fez várias operações nos centros do país, apreendendo cerca de 2 milhões de dispositivos entre janeiro e setembro deste ano.

Já em outubro, entrou em vigor uma instrução normativa da Receita Federal que prevê a suspensão do CNPJ de empresas que vendem qualquer tipo de dispositivo eletrônico usado para fumar.

Segundo o auditor da Receita Federal, Yuiti Shimada, essa suspensão do CNPJ impedirá a empresa de emitir documentos fiscais, de fazer transferência bancária, fornecimento de produto para o poder público, além de impedir a concessão de empréstimos oriundos de recursos do poder público.